

6

Considerações Finais

De tudo quanto vimos no decorrer desta pesquisa muitas sugestões de respostas se podem oferecer sobre a temática e a problemática escolhidas, assim como também se pode formular uma série de novas perguntas sobre elas. Foi afirmado algumas vezes neste trabalho que a riqueza encerrada nos debates que proliferaram nos anos trinta, parece não se esgotar. Há várias décadas a educação do período em questão tem sido objeto de investigação de um grande número de pesquisadores e o assunto parece mesmo se renovar frequentemente toda vez que a ele se retorna. É preciso considerar que este foi um tempo de muitos acontecimentos, rápidas mudanças, governos depostos e revoluções eclodindo, não somente em termos de Brasil mas também e sobretudo no cenário internacional. Talvez esta dinâmica conjuntura que propiciou tantos e por vezes tão discrepantes debates sobre política, educação, cultura e religião tenha sido também a responsável pelo surgimento de novas propostas de análise, exploradas sob as mais diversas perspectivas.

Sobre o grupo católico, muita coisa ainda há para ser escrita. A sua história aparece maior e bem mais complexa do que a nossa explicação sobre ela poderia dar conta dentro dos limites a que se impõe a pesquisa. Na historiografia brasileira se convencionou afirmar – por um período considerável de tempo – que os católicos em contra posição aos renovadores, eram aqueles indivíduos *reacionários e conservadores*. Nestas assertivas a impressão que se tem é que este grupo fora caracterizado como um punhado de pessoas, todas cópias idênticas umas das outras, com os mesmos pensamentos, as mesmas visões de mundo e as mesmas maneiras de interpretar a educação e suas filosofias. Vimos ao longo do texto que esta genérica definição não pode ser aplicada indiscriminadamente a todos os católicos. Sejam aqueles que professavam a fé ou aqueles que, “católicos de nome”, se integraram ao grupo porque se identificaram com os seus pressupostos. Forçoso admitir, mas eu mesma os via desta forma e a razão principal para isto pode ser explicada pelo meu objeto de estudo anterior. Na minha pesquisa de mestrado se evidenciou a contribuição dos *pioneiros* nos debates da educação nacional, analisada pelas Crônicas de Educação da nossa

poeta maior: Cecília Meireles. Evidentemente o próprio grupo cuidou de forjar uma imagem negativa dos seus “consortes”, o que seria de se esperar, politicamente falando. Desconstruir este olhar foi, portanto, mais demorado e mais difícil que construí-lo novamente. A primeira coisa que saltou aos olhos, depois de muitas leituras e releituras, foi que o projeto católico ia além da recatolização do Brasil. Este projeto esteve intimamente relacionado com a maneira como estes intelectuais entendiam a educação, seus objetivos e a sua finalidade. Leonel Franca diz que “educar é antes de tudo preparar o homem para a sua função humana, é ajudá-lo a realizar o ideal em que se resume a sua perfeição”⁵⁶⁸. Pio XI, em sua encíclica, pontua que família e educadores devem primar pela maneira cristã de educar porque esta, em última análise, tem em vista assegurar o “Sumo Bem, Deus, às almas dos educandos, e a máxima felicidade possível, neste mundo, à sociedade humana. E isto no modo mais eficaz que é possível ao homem, isto é, cooperando com Deus para o aperfeiçoamento dos indivíduos e da sociedade.”⁵⁶⁹ Talvez esta seja a chave para se compreender melhor o pensamento católico, porque é exatamente aqui que a religiosidade entra e estrutura a questão dos objetivos e dos fins da educação. E é a somatória desses fatores que farão a sociedade “evoluir” e cumprir sua missão no plano terreno. Evidentemente, como já dito ao longo desta pesquisa, existiam diferenças significativas entre seus membros, mas sobre aquilo que correspondia aos preceitos fundamentais da Igreja, ao conteúdo das bulas papais e à observância dos dogmas, há subsídios suficientes para afirmar que eram valores e normas compartilhados pela maioria e que se constituíram em eixos importantes de coesão entre o grupo.

Os princípios da Escola Nova não foram usados somente para o ensino do catecismo, embora essa prática tenha sido vulgarizada com sucesso. Neste aspecto vale pontuar que as fontes em alguns casos – e este foi um deles – além de ajudar a construir novas propostas de análises podem contribuir significativamente para redirecionar a questão da alteridade, redimensionar o olhar em direção muitas vezes oposta, mas seguramente construtiva. No caso do impresso como a fonte preferencial, uma das melhores formulações sobre ela vem de Nóvoa. Diz ele que

⁵⁶⁸ FRANCA, Leonel. In: BACKHEUSER, Everardo. Manual de Pedagogia moderna. Editora Globo: Rio de Janeiro, 5ª ed, 1954.

⁵⁶⁹ PIO XI. Carta encíclica *Divini illius magistri*. São Paulo: Empresa Graphica, 1930.

a imprensa – e aqui ele se refere à pedagógica – talvez seja o melhor lugar para se compreender como é difícil a articulação entre a “teoria e prática: o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir dos diversos atores em presença.”⁵⁷⁰. Mais adiante o autor afirma que esta fonte não foi ainda objeto de atenção mais acurada. Mesmo assim, a função que vai desempenhar na “configuração institucional do campo educacional, na afirmação da profissionalidade docente, no debate de idéias pedagógicas ou no desenvolvimento de práticas educativas e escolares, concede-lhe um estatuto muito especial.”⁵⁷¹

De qualquer modo, na medida em que fui mergulhando nos discursos das diferentes pessoas que compuseram o grupo católico, foi ficando cada vez mais claro que havia ali pontos de convergência. Digamos que houve até alguma tendência de construção progressiva de um discurso comum, pelo menos nas questões consideradas capitais. Mas, concomitantemente, existiram também diferenças significativas no que diz respeito à doutrina e à apropriação da Nova Educação: De concepção filosófica. De interpretação de mundo e da religiosidade. De reivindicação política. E, principalmente, de vivência pedagógica. Um aspecto importante a ser considerado sobre a aceitação dos princípios da nova educação é a propalada influência recebida de *Rousseau* pelo seu *Emílio*. No livro citado a educação do jovem que dá nome a obra se processa sob o signo da liberdade. Boa parte dos católicos, entretanto, está distanciada dessa idéia ou a minimizam porque ao acreditar na bondade intrínseca do homem e na liberdade sem restrições, incluindo-se aí as paixões, significa desqualificar o dogma do pecado original, elemento essencial para explicar a redenção dos homens pela morte do filho de Deus. Por outro lado, a adesão à Escola Nova poderia muito bem acontecer sem a presença desconfortável de *Rousseau*. Poder-se-ia perfeitamente incorporar a novidade filosófica sem grandes ênfases na liberdade, preconizada pelo autor. Sem eliminar da criança aquilo que Santo Agostinho chamou de

⁵⁷⁰ NÓVOA, Antonio. A Imprensa de Educação e Ensino: Concepção e organização do Repertório Português. In: Educação em Revista – A Imprensa Periódica e a História da Educação. CATANI, Denice Bárbara e BASTOS, Maria Helena Câmara. São Paulo, Escrituras, 2002.

⁵⁷¹ Idem.

“fraqueza da alma”, já que o corpo físico é impuro e imperfeito por hereditariedade, portanto marcado desde a origem.

Nesse sentido é importante reforçar a premissa de que os católicos não eram iguais sob alguns aspectos e essa falta de uniformidade fará toda a diferença para a compreensão do grupo. Neste caso, católico não quer dizer muita coisa em termos de identificação. A idéia inicial da pesquisa de que, possivelmente, as diferenças entre o grupo poderiam estar centradas entre membros do clero e os membros do laicato, não pôde se sustentar. Porque entre o próprio clero havia diferenças marcantes, assim como havia diferenças consideráveis entre os leigos. O caso mais evidente é a postura apresentada por Dom Xavier de Mattos logo no primeiro ano de publicação do Boletim, quando relatava sua tese no Congresso de Educação promovido pelo Centro Dom Vital de São Paulo. Outros, com o passar do tempo foram adaptando aos poucos os discursos no sentido de buscar compreender que contribuição, afinal, a nova pedagogia poderia trazer para a educação do país e até mesmo para o ensino da religião, o que não deixa de ser significativo. Helder Câmara é outro exemplo. Sua posição de início é até certo ponto “conservadora”. No entanto, com o passar dos anos ele se transforma num divulgador entusiasta da ciência e das premissas da Escola Nova e até mesmo de seu grande expoente John Dewey, como se viu. Não bastasse, ainda vai fazer parte dos quadros públicos. Sabe-se, contudo, que este religioso nos anos futuros será um excelente modelo de intelectual de esquerda. Outro exemplo de contribuição efetiva nos debates e nas futuras políticas públicas para a educação foi o Padre Leonel Franca. Escusado dizer que Leonel Franca foi um dos intelectuais mais brilhantes de sua geração. Brilhante e coerente com sua posição. A idéia que seus discursos transmitem é que ele fazia o papel do moderador do grupo. Como assistente espiritual de quase todos os intelectuais aqui estudados, não se percebe grandes oscilações nas suas falas, o que não quer dizer que as suas idéias sobre a Nova Educação não tenham sofrido inflexões ao longo dos anos. Pode-se deduzir sem medo de errar que a sua aceitação dos princípios da nova filosofia que não defrontaram com as suas crenças e dogmas religiosos foi decisiva para o grupo que discutia a sua implementação no sistema público de ensino. Apesar de ter a saúde debilitada, desde que retornou da Europa Padre Franca vai atuar no magistério, de onde não mais saiu, o que de certa maneira lhe dá uma visão mais alargada sobre as dificuldades de se laborar nesta seara. O seu empenho para a

criação da Universidade Católica, iniciado com a organização do Instituto Católico de Estudos Superiores, no ano de 1932, foi recompensado, apesar de demorar quase vinte anos desde a sua chegada do exterior.

O grupo do laicato católico será ainda mais heterogêneo, por isso convém subdividir estes intelectuais. Em primeiro lugar, concentremo-nos naqueles que saíram da ABE após a V Conferencia Nacional de Educação. Das vinte e três pessoas que assinaram a carta de demissão da Associação, apenas duas – Laura Lacombe e Barbosa de Oliveira – continuarão ativos na futura Confederação Católica Brasileira de Educação. O interessante nestes casos é que aqueles que eram ativos na ABE, casos estes facilmente verificáveis pelas atas do Conselho Diretor, continuarão ativos na nova Associação. Bastante ativos, diga-se. Cada um ao seu modo, entretanto e com posturas diversas entre si. D. Laura terá um *modus operandi* muito próximo daquele vivido na atmosfera da ABE, assim como Everardo Backheuser e Jonathas Serrano. Laura Lacombe, afinal, fez a sua viagem de estudos aos Estados Unidos na época em que as experiências ancoradas pela nova pedagogia ainda eram incipientes no Brasil. E esta vivência possivelmente a terá marcado profundamente porque ela visitou justamente um dos países mais liberais, já naquela época. Até mesmo nos seus escritos é possível perceber que a autora faz um esforço para não extrapolar seus limites, para não parecer excessivamente moderna. Fica evidente que para D. Laura Lacombe, assim como para os outros dois, a questão religiosa foi de suma importância. Em última instância dir-se-ia que a religião atuou como um elo de ligação, um agente catalisador, que equilibrou as diferenças pelas vias de códigos morais e da liturgia, além de ter sido responsável pelo balizamento de normas, valores e condutas, tanto individuais como coletivas.

Barbosa de Oliveira, como se viu, será também muito ativo, mas por um algum tempo estará mais alinhado ao pensamento dos intelectuais do centro Dom Vital, o que não quer dizer que não tenha compartilhado com os outros de igual para igual nas lutas a favor das reivindicações católicas. Décio Lyra da Silva vai integrar o Conselho Diretor da CCBE. Entretanto, seu nome não mais foi visto nas lides católicas da Associação. Vale lembrar que no caso de Jonathas Serrano e Everardo Backheuser, nenhum dos dois assinou a carta de demissão da ABE, portanto, contando com os dois, vindos da antiga agremiação (D. Laura e Barbosa de Oliveira) serão apenas quatro “católicos” integrantes da Confederação.

Também não se pode esquecer que Jonathas Serrano permaneceu na ABE, tendo sido eleito para o Conselho Diretor após a saída do restante do grupo.

Nesse aspecto não se pode afirmar com certeza que todos os demissionários eram *católicos*, no sentido lato da palavra, eles desaparecem de cena. Nenhum deles, exceto aqueles já mencionados, teve qualquer participação, por mínima que tenha sido nas publicações católicas da CCBE ou do Centro Dom Vital que se tenha encontrado, portanto nestes termos eles deixam de integrar um grupo constituído. Sobre a questão religiosa Marcus Vinicius da Cunha dirá que, no caso de Backheuser:

Everardo Backheuser não pode ser identificado com o catolicismo em sua totalidade, nem mesmo com o catolicismo brasileiro, tomado aqui como um recorte, para fins de estudo, sendo ele mesmo o recorte de um pensar que, longe de ser homogêneo ou consensual, traduzia a tentativa de integrar idéias e propósitos do catolicismo e da educação brasileira que buscavam ambos, apresentar-se sobre novas roupagens⁵⁷².

Everardo Backheuser e os outros ex-abeanos. Esta declaração pode ser aplicada a Jonathas Serrano, D. Laura Lacombe e, em diferente grau, Barbosa de Oliveira. O segundo grupo do laicato é aquele mais alinhado ao Centro Dom Vital. Como se viu nas teses apresentadas no Congresso Católico promovido pelo Centro Dom Vital de São Paulo, já aqui referido, e nas primeiras publicações da Associação e pouco mais tarde, da CCBE, o discurso dos integrantes do Centro será, nos primeiros tempos, marcado pela recusa da participação do Estado nas coisas de educação e na aversão quase completa à doutrina da Escola Nova. Pode-se mesmo afirmar que uma das divergências entre os católicos estava justamente na interpretação do papel regulador do Estado sobre o sistema de ensino. Evidentemente esta postura irá sofrer modificações significativas, especialmente porque intelectuais como Amoroso Lima terão uma participação muito ativa na esfera governamental nos anos seguintes. Antes disso, porém, alguns destes intelectuais participarão vivamente das publicações católicas. Deste subgrupo, dois integrantes merecem destaque especial: Alceu Amoroso Lima e Leonardo Van Acker. O primeiro, no início, tem um discurso extremado e o segundo não chega à mesma intensidade, mas se mantém bastante reticente. Outra

⁵⁷² CUNHA, Marcus Vinicius; ERRERIAS, Cláudio Antonio. Everardo Backheuser, Engenheiro-Educador. In: CUNHA, Marcus Vinicius (org.). *Ideário e Imagens da Educação Escolar*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2000.

característica marcante de Van Acker é que apesar das suas discordâncias, ele se faz presente. Argumenta, questiona, evidentemente estuda e está sempre lá, sente-se comprometido com a causa por parte deste intelectual. Ambos, no entanto, mudam significativamente de postura com o passar do tempo. No caso de Amoroso Lima a mudança é ainda maior, não somente quanto ao discurso, mas quanto à atitude. Alceu Amoroso Lima será um assessor muito próximo e de muita ascendência no Ministério de Gustavo Capanema.

Entretanto, é preciso considerar que em algum grau os católicos sempre negociaram com o Estado. Nas questões de educação, contudo, o discurso contra esta intromissão vai ser intenso e duro. Isto é *fait accompli*. As coisas vão progredindo com o passar do tempo e o negociar de acordos. Dom Lemme, como sabemos por Jamil Cury, era muito ligado a Getúlio Vargas, portanto tinha um grande poder político e uma capacidade de “barganha” ampliada. No entanto, o acertar dos ponteiros entre a Igreja e o Estado só aconteceria plenamente na gestão de Capanema. O Ministro consegue aglutinar a sua própria “noção de ordem” e de tendências de direita ao discurso católico. É com este discurso que o ministro se identifica. Os católicos atendem às articulações políticas que são necessárias naquele momento para o Estado. Do mesmo modo que o Estado atende às “necessidades” da igreja. Contudo, é provável que a Igreja, que num primeiro momento vai apoiar o golpe de Estado, depois acabe por perceber que não terá o espaço de manobra que tencionava. O ministro, por sua vez, pode ser considerado o homem de confiança da hierarquia. Capanema partilha de uma visão muito semelhante à desses intelectuais, digamos que em termos de alinhamento ideológico está bastante próximo dos católicos. Note-se de que católicos estamos falando. Neste caso específico esta afirmativa serve especialmente para Alceu Amoroso Lima. É preciso clarificar que o acordo político entre o Estado e a Igreja, já iniciado com Francisco Campos no Ministério em 1931, e aprimorado por Capanema a partir de 1934, permitiu que a Igreja fosse mais tolerante em relação à presença ativa do Estado na educação, muito além do que normalmente faria. A moeda de troca era, pois, política. Sobre isso Clarice Nunes afirma que:

Os católicos, dentro da máquina estatal, colaboraram para o fortalecimento do seu poder e exploraram os equívocos dos educadores reformistas quanto à avaliação dos rumos que ganhava a centralização da política. A identificação quase automática desses educadores, entre fortalecimento do poder estatal e o desenvolvimento e progresso social, acabou facilitando a apropriação da doutrina

escolanovista pelo Estado, que lhe imprimia nova substancia, mantendo aspectos operativos e acoplando à idéia de uma Escola Nova para o Estado Novo. (...) não se pode esquecer que o Estado varguista contava com a Igreja Católica, especialmente após o golpe de 1937 para inculcar valores morais, ético, nacionalistas que faziam parte do feixe de propostas de uma nova cultura nacional.⁵⁷³

Afonso Arinos Filho, comentando sobre o Plano Nacional de Educação proposto por Capanema para durar 10 anos e que não poderia ser votado senão “em bloco”, reafirma aquela máxima que como se viu na Escola Portuguesa “é impossível manter a escola democrática num regime que se tornou autoritário”. Fato é que o projeto ministerial acabou não sendo colocado em prática conforme previsto. Mesmo assim contemplou a Universidade, a implantação do ensino industrial e a reforma do ensino secundário, evidentemente fortalecendo a matriz nacionalista neste ensino. Por outro lado, como sustenta Helena Bomeny, “ordem e progresso no início do século XX, superaram as aspirações democráticas”⁵⁷⁴, assim como as noções de progresso e democracia não chegaram a caminhar necessariamente juntas.

Quando pensamos sobre o movimento da Escola Nova, duas coisas vêm em mente: a primeira é que não se pode pensá-la dissociada do liberalismo. De certa maneira, como sugere Nagle, o liberalismo não trouxe consigo somente a mensagem, mas também a “instrumentação institucional de remodelação da ordem político social”⁵⁷⁵ necessária para que uma das vertentes da Escola Nova pudesse ser considerada. A segunda, em consequência da primeira é que no Brasil este movimento, logo no seu início - como apontou o autor - é a expressão de movimentos sociais mais amplos com forte conotação política. Ou seja, teve características muito próprias e que só se reproduziram aqui e mesmo assim, do ponto de vista conceitual, com variantes significativas entre si. O grupo auto-intitulado pioneiro, por exemplo, adota o discurso liberal americano que entre outros atributos preconiza uma escola “laica, pública e obrigatória” enquanto que os católicos encontraram em algumas vertentes européias uma resposta mais satisfatória para aquilo que eles entendiam ser as bases de uma pedagogia católica, de perfil menos liberal e mais espiritualistas, geralmente contrárias a laicidade do

⁵⁷³ NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: A Poesia da Ação. Bragança Paulista: SP: EDUSF, 2000.

⁵⁷⁴ BOMENY, Helena (org.). Constelação Capanema: Intelectuais e Políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

⁵⁷⁵ NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na primeira república. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ensino e que, pelos seus critérios, contemplava uma educação integral, aquela que se dispunha a formar um ser tão perfeito quanto possível, “ou, pelo menos, um ser harmônico e equilibrado”⁵⁷⁶.

No caso brasileiro não restam dúvidas de que existiram projetos em disputa que resultaram em conflitos entre os grupos. Se por um lado, esses intelectuais buscaram construir um sistema de ensino mais abrangente, que respondesse às novas necessidades sociais que o mundo da época impunha, por outro é quase certo que alguns personagens - de ambos os grupos, diga-se - desejaram intervir na trama política para fazer valer idéias e crenças que lhes eram caras sobre o melhor caminho para a educação do país.

Em se tratando da “Escola Nova” e seus sinônimos, apesar de todas as contradições que isso implica, somos tentados a imaginar que, rompidos alguns obstáculos que impediam o homem de desenvolver suas potencialidades harmonicamente e sem constrangimentos, a assimilação da nova doutrina se processaria de maneira mais ou menos parecida nos países nos quais foi implantada, ao menos em partes. Daniel Hameline em seu trabalho *L'Éducation dans le miroir du temps*, explica que a própria noção de Educação Nova é tudo, menos nova. Esta denominação surge pela primeira vez em 1871. Entretanto, foi somente após a fundação do *Bureau* internacional das escolas novas em 1898, em Genebra, que surgiu a proposta de coordenar informações entre as escolas que se diziam “novas”. E eram muitas. Em 1915, Adolf Ferrière chegou a publicar uma espécie de manual chamado de “Trinta Pontos” que, segundo seu autor, permitiria atribuir o qualificativo de “escola nova” aos estabelecimentos de ensino que se auto-caracterizavam como tal⁵⁷⁷.

Após a primeira guerra, assistiu-se a organização de uma instância internacional que se propôs envolver as administrações da instrução pública. Assim, em 1921, no Congresso de Calais fundou-se a *New Education Fellowship*. Vários Congressos marcaram o período entre guerras, mas “o movimento passará por tensões internas e sofrerá o contra-golpe da ascensão dos nacionalismos

⁵⁷⁶ BACKHEUSER, Everardo. Manual de Pedagogia moderna. Editora Globo, Rio – São Paulo e Porto Alegre: 5ª ed., 1954.

⁵⁷⁷ HAMELINE, Daniel. *L'Éducation dans le miroir du temps*. Lausanne: LEP, Notices et Glossaire. Tradução livre da Professora Ana Waleska Polo Mendonça.

totalitários”⁵⁷⁸ e a Liga não sobrevive. No caso da França, na década de 1940, surgem planos de renovação e as iniciativas pedagógicas oficializarão os temas da Educação Nova, “não sem veicular os seus lugares-comuns, não sem mobilizar as suas capacidades de renovação, não sem reconduzir os mal-entendidos.”⁵⁷⁹ Mas foi somente entre os anos de 1950 e 1960 que alguns países da Europa começam a se apropriar-se do ideário da escola nova no sistema de educação pública, antes disso, como já afirmado, as experiências inovadoras se deram no âmbito das escolas particulares. Portanto, tanto a difusão como a apropriação de idéias e conceitos se dará de modo bastante diverso nas diferentes regiões do mundo. E quando houve o envolvimento da Igreja nesse processo as diferenças se mostraram ainda mais diversificadas.

A título de ilustração, por exemplo, temos o caso espanhol, que apresentará características muito próprias. Na Espanha, durante a segunda república, entre os anos de 1931 até 1939, o governo identificou muitos de seus objetivos educacionais com o movimento internacional da Nova Escola. Entretanto, alguns educadores, no geral àqueles pertencentes às Associações Católicas, viram neste movimento um passo na “descristianização” da Espanha. Os educadores católicos, contudo, não declaravam abertamente o argumento religioso como motivo principal para rejeitar a Escola Nova, mas sim razões de ordem nacionalistas, que na época eram bastante populares entre os professores e entre parte da população. Outra tática utilizada pelos intelectuais espanhóis era atemorizar os professores mais conservadores sobre as conseqüências de se introduzir novos princípios e novas técnicas em suas salas de aula. Esta metodologia surtia efeitos entre o professorado. Com o fim da Guerra Civil, no ano de 1939, esses mesmos educadores foram designados para organizarem um corpo docente pedagogicamente estruturado para atuar na nova legislação franquista, um movimento que se chamou Nova Pedagogia Espanhola, ou Nova Escola Espanhola, evidentemente para se contrapor ao movimento internacional da Nova Escola. É importante deixar claro que os educadores espanhóis desse período, pouco ou nada sabiam sobre a Nova Escola. Ela tinha sido apagada da Espanha franquista. Na primeira fase, que vai de 1936 até 1949, as características

⁵⁷⁸ HAMELINE, Daniel. *L'Éducation dans le miroir du temps*. Lausanne: LEP, Notices et Glossaire. Tradução livre da Professora Ana Waleska Polo Mendonça.

⁵⁷⁹ Idem.

principais da Nova Educação foram suprimidas ou ignoradas. Por outras palavras, o movimento se tornou invisível. Conceitos da escola nova como alegria, interesse e atividade foram substituídos por outros conceitos como esforço, dor e disciplina. E somente mais tarde a nova geração de pedagogos espanhóis, que foram educados já no final de 1940, iniciou a reconstrução do movimento da Nova Escola, que se estendeu até o ano de 1962⁵⁸⁰.

No caso português, como vimos no último capítulo, a relação entre a Igreja e a escola, escola nova, ou o ensino de modo geral, também será diverso. A primeira atitude do Estado será rejeitar a nova pedagogia até que por um golpe de sorte – e de esperteza – o grupo de Cruz Felipe modifica a posição oficial em relação à Nova Educação. Este grupo confere cientificidade ao discurso pedagógico e aos valores ideológicos pelos quais são fortemente marcados⁵⁸¹. Não há grupos em disputa como se viu no Brasil na segunda metade dos anos vinte e na década de trinta. Não há militância católica ainda que consideremos a oposição dos católicos portugueses à política laicista dos republicanos, entre os anos de 1910 a 1926. Mesmo assim, pode-se dizer que no período estudado não há divergências. O grupo presente estava em sintonia com o Estado, falava como voz autorizada pelo Estado, porque eram funcionários submissos deste Estado e estavam em total consonância com a sua política e sua ideologia. Ainda que neste trabalho não se tenha pretendido fazer exercício de comparação quanto à adoção dos princípios da Escola Nova, mas somente em termos discursivos da cultura pedagógica e das posições políticas, pode-se começar por estabelecer algumas diferenças entre o perfil dos autores que publicaram seus textos nas páginas das revistas e jornais, deste e do outro lado do Atlântico.

Os autores brasileiros são, de um modo geral, membros da sociedade civil e de associações católicas. São majoritariamente intelectuais que exercem funções educativas e docentes mas que, sobretudo, estão preocupados em debater as grandes questões de educação e os princípios que devem presidir à organização do sistema de ensino. Já os autores portugueses, via de regra, são inspetores e professores que têm um olhar essencialmente prático sobre o ensino. Sua missão é transmitir como

⁵⁸⁰ ANDRÈS, Maria Del Mar e BRASTER. J.F.A. The Reinvention of the New Education Movement in the Franco Dictatorship (Spain, 1936-1976). In: *Paedagogica Historica*, vol. 42, n. 1-2, February 2006.

⁵⁸¹ MOGARRO, Maria João. Bibliotecas Particulares e saberes pedagógicos. Circulação e apropriação de modelos culturais. In: PINTASSILGO, Joaquim (org.). *História da Escola em Portugal e no Brasil*. Lisboa, Edições Colibri, 2006.

devem ser organizados e ministrados os diferentes conteúdos. Aos professores não cabe envolver-se com grandes questões e princípios porque estes já tinham sido definidos pelo regime e pelos governantes. Diferentes dos autores do Brasil do mesmo período, o seu limite de atuação é o universo técnico-didático onde os fundamentos da Educação Nova podem ser aplicados. As questões de ordem filosófica não são suas atribuições, porque para dar sustentabilidade ao processo de ensino e aprendizagem, estes professores devem limitar-se aos seus espaços de atividade, qual seja: a escola e a sala de aula. E é, portanto, sua função primordial, desempenhar de forma adequada a profissão docente.

Por outro lado, há similaridade entre o discurso dos católicos brasileiros e dos educadores portugueses. Dir-se-ia que alguns valores como a autoridade, a disciplina e a ordem são comuns a ambas as nacionalidades do mesmo modo que o repúdio ao comunismo. Estes discursos contemplam igualmente princípios didáticos, temas e metodologias bebidos de autores de referência mundial da Escola Nova e que são propostos para a organização do ensino, tanto no Brasil como em Portugal. Os educadores portugueses, no entanto, evidenciam a própria posição do poder político, numa espécie de alinhamento que tanto pode ter sido uma opção individual como também uma posição imposta pelo regime salazarista, através de subterfúgios como os mecanismos de repressão, a censura sobre toda e qualquer forma de expressão, o controle rigoroso de comportamentos, idéias e atitudes, impostas a toda sociedade portuguesa. Na realidade, o controle é mais fortemente exercido sobre os funcionários públicos e em particular sobre os professores. Não se permite - sob nenhuma hipótese - desvio relativamente à posição oficial do governo. No caso específico dos professores, estes não se podem esquecer que eram responsáveis pela “alma” da criança portuguesa. São eles, afinal, os sustentáculos desta grande “oficina das almas” que é a escola.

Esta combinatória entre valores políticos do catolicismo e do nacionalismo e as premissas da Escola Nova que foi sendo amalgamada pelos pedagogos portugueses sob o regime do Estado Novo acaba, muitas vezes, se sobrepondo os primeiros aos segundos. Pode-se mesmo dizer que, do ponto de vista oficial, a interpretação católica da Educação Nova garantia uma eficiência pedagógica ao processo de ensino e aprendizagem, o que era útil, desde que fosse garantida a sua subordinação aos valores oficiais e à política educativa definida pelas esferas superiores.

A relação entre o Estado e a Igreja guardará algumas diferenças entre os dois países nas décadas estudadas. Talvez uma das principais seja que em terras lusitanas não havia necessidade de “recristianizar” o Estado, pois este se manteve cristianizado e, de certa maneira, sempre se identificou perfeitamente com a Igreja Católica. Os católicos estão no poder pela via do predomínio exercido por Salazar e apesar de haver uma clara distinção entre Estado e Igreja, a comunicação entre os dois poderes é evidente. Não se pode esquecer que o catolicismo será um dos mais fortes pilares a sustentar o Estado Novo, juntamente com o nacionalismo, ambos são indissociáveis. Não se compreende um sem que se entenda o outro. Há uma aliança entre o Estado e a Igreja, que não implica em concessões, mas fica bastante claro que o poder emana do Estado, que exige desta instituição a sua subordinação total e irrestrita no mundo profano, apesar de seu destino estar marcado por Deus e, portanto, sujeito à vontade divina.

Mesmo em se considerando o catolicismo de Salazar e, a partir de 1935 a garantia de que o Estado assumiria oficialmente o ensino da religião nas escolas públicas portuguesas, a Igreja não participava de uma forma explícita na vida política – mantinha-se, de certa maneira, como uma reserva moral, conservadora e estruturante da sociedade portuguesa. Este era o seu papel. O catolicismo impregnava a vida quotidiana. Amalgamava os valores ideológicos e enquadrava as práticas sociais. A Igreja angariava favores do Estado, mas o seu grande objetivo – que seria a restituição dos seus bens, confiscados pelo Estado republicano – Salazar nunca concedeu. A Igreja, portanto, não poderia interferir nos negócios do Estado. Não tinha poder de veto. A personalidade de Salazar não admitiria nenhum tipo de concorrência. Nem mesmo da Igreja. Tanto que, às escolas, o Estado Novo impôs a sua orientação programática e doutrinária, estendendo-a a todo o ensino. Por isso mesmo, os grandes princípios ou os referenciais teóricos da Educação Nova não aparecem discutidos nas páginas da Escola Portuguesa. Não são enunciados porque são dados por adquiridos e são aqueles que foram consagrados pelo poder político.

O Estado tutelava a sua aliada, a Igreja, mesmo quando assumia a responsabilidade de ensinar a religião católica nas escolas públicas. Isso se confirmará após o 25 de abril (Revolução dos Cravos), como afirma Nóvoa. Depois de 25 de abril a questão que se colocará não será mais de como garantir a “liberdade de ensino”, mas de como se irão promover duas agendas políticas e

econômicas: o financiamento de escolas privadas através de dinheiro público e a regulamentação da educação através das leis de mercado. Ainda sobre as relações entre Estado e Igreja em Portugal, pode-se dizer ainda, que esta era ouvida e a amizade entre os altos dignitários da Igreja e os chefes políticos (Salazar e Cardeal Cerejeira, por exemplo) garantiam que havia uma influência mútua e, mais que isso, uma aliança tácita construída por muitos processos e estratégias comuns. Observe-se que não é uma participação organizada, explícita, mas sim um processo de cooperação que se construiu ao longo do tempo, nos bastidores, comportamentos que se fortaleceram ao longo do tempo e ligaram de forma indissociável a Igreja e o Estado num projeto de socialização dos portugueses, assentados em valores rurais, conservadores, católicos, que assumiam a autoridade e a ordem como categorias fundamentais⁵⁸².

No Brasil, na mesma década de 1930, assiste-se à organização e afirmação do movimento católico dos educadores brasileiros. A intensidade do debate que se encontra nas páginas de boletins, revistas e anais de congressos expressa a sua vitalidade, a possibilidade de penetração entre os professores e o processo de afirmação na sociedade brasileira. A diversidade e a riqueza das posições desses intelectuais, a capacidade de conciliá-las, assim como a hábil ocupação dos lugares estratégicos por estas personalidades dotadas de ascendência sobre a sociedade, os conduz a posições de relevo e de certo domínio na configuração do campo educativo. De certa forma, isto se traduziu numa efetiva utilização do poder com o advento do Estado Novo de Vargas, processo no qual se destacam as figuras de Capanema e seus aliados católicos. Curiosamente, o que acontece a seguir é o esvaziamento da intervenção deste movimento e o enfraquecimento da sua imprensa. Está-se, pois, perante uma situação em que o Estado dá a impressão de desmobilizar, de forma sutil, a intervenção do movimento católico e seu rol de reivindicações nas questões de educação. Parece mesmo que tanto no Brasil como em Portugal, em determinado momento, os respectivos regimes totalitários, que nunca poderiam aceitar a coexistência com alguma organização paralela, acabaram por diluir os católicos nas estruturas do Estado, o que resultou no desaparecimento da sua imprensa do campo de luta política.

⁵⁸² MOGARRO, Maria João. A formação de professores no Portugal contemporâneo – a Escola do Magistério Primário de Portalegre. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa/ Universidade da Extremadura, 2001.